Ata da reunião extraordinária nº 1595 do Conselho de Administração da Universidade Estadual de Londrina - UEL, realizada no dia 13 de novembro de 2025.

No dia treze de novembro, do ano de dois mil e vinte e cinco, às 14h30, na sala dos Conselhos, reuniu-se extraordinariamente o Conselho de Administração, sob a presidência da Reitora, Profª Dra. Marta Regina Gimenez Favaro, com a presença do Vice-Reitor, Prof. Dr. Airton José Petris e dos seguintes Conselheiros: Laura Taddei Brandini, Renata Schlumberger Schevisbiski, João Antonio Cyrino Zequi, Alex Eduardo Gallo, Alan Salvany Felinto, Miguel Belinatti Piccirillo, Carrie Chueiri Ramos Galvan, Edmilson Lenardão, Inês Cristina de Batista Fonseca, Eloisa Ramos Ribeiro Rodrigues, José Fernando Mangili Junior, Orlando Mendes Fogaça Junior, Rafael Eduardo Domingues Molinari, Aurélio Pereira, Silvia Meletti, Zilda Andrade, Azenil Staviski, Ana Márcia Tucci de Carvalho e Sérgio Carlos de Carvalho. Convidados: Luiz Claudio Buzeti, Alécio Fontes, Lisiane Freitas de Freitas e Alberto Duran Gonzalez. **I. ORDEM DO DIA. 1) Processo 24.904.922-0 - PROPLAN - deliberar acerca do Orçamento Sintético da Universidade Estadual de Londrina para o exercício de 2026 (Relator: Prof. Dr. Sérgio Carvalho).** A Reitora Marta Regina Gimenez Favaro, agradeceu a presença de todos e antes de iniciar a discussão da pauta, solicitou que fossem dadas informações sobre a emergência e organização da instituição devido às grandes tempestades, ventos e volume de água intenso que têm ocorrido frequentemente. Ela destacou a necessidade de buscar informações sobre a organização da universidade para lidar com situações excepcionais de chuva e vento. Pediu que fossem detalhadas as medidas tomadas para minimizar situações, como a falta de energia, a fim de informar os diretores e dar-lhes autonomia para gerenciar tais eventos nos centros de estudos, estabelecendo canais de comunicação para informações adicionais. O Prefeito do Campus, Luiz Claudio Buzeti, informou que houve três episódios de chuva intensa na última semana: quarta-feira passada, cerca de 60 mm de chuva em 1 hora e 30 minutos; sexta-feira, volume menor, mas ventos muito fortes e ontem à noite, ventos não tão fortes, mas alto volume (54 mm em praticamente 2 horas). Ele mencionou que os eventos estão sendo avaliados e na sexta-feira, houve apenas a quebra de uma árvore. Relatou episódios do CCE, Bloco L. Sobre a falta de energia elétrica, houve um episódio no primeiro dia do concurso público (segunda-feira de manhã), causado por um cabo que voou e acabou enroscando, sendo resolvido por volta

das 9h. Ontem, um cabo ligado a uma chave se rompeu, possivelmente devido à sobrecarga ou problema mecânico, o que poderia ter sido evitado com manutenção preventiva. Buzeti ressaltou a séria dificuldade para desligar a rede de energia elétrica para manutenção preventiva, devido a concursos públicos, eventos e atividades que ocorrem aos finais de semana, resultando em quase três meses sem manutenção. Ele pediu apoio aos diretores de centros para comunicar aos pares a necessidade de desligar a rede para podas e manutenções preventivas nas chaves, possivelmente usando a câmera térmica. Ele disse que a manutenção deve ocorrer em breve, talvez no próximo final de semana, com setorização do campus. Sobre os geradores, Buzeti informou que a empresa contratada instalou geradores em anfiteatros, salas dos conselhos, CLCH, Pinicão, CESA, e na central de segurança. No entanto, os geradores não estão em operação, pois dependem de aprovação da Copel, e a empresa não forneceu a entrega técnica completa. Ele informou que está sendo solicitado a abertura de um processo administrativo contra a empresa. A Reitora complementou que os geradores visam atender espaços específicos em emergências, não para segurança geral do campus. Buzeti informou sobre as luzes de emergência que são uma solução paliativa, e que o projeto de segurança completo (saída de emergência, luz, extintores) é um projeto "máximo", que depende do escaneamento das plantas (iniciado pelo Professor Aron) e projeto bombeiro. Ele se ofereceu para providenciar a compra de algumas centenas de luzes de emergência para amenizar os transtornos no começo do ano. A Reitora lembrou que a ação de escaneamento das plantas foi abandonada pela empresa contratada no Proinfra. A licitação para digitalização e a elaboração dos projetos de segurança são necessárias para depois captar recursos para a execução. Buzeti informou que a ATI está desenvolvendo uma ferramenta via Web para gerenciamento de ocorrências e prontuário de edificações problemáticas, com georreferenciamento. Ele citou o Bloco L, cuja cobertura de 1.900 m² recebeu 104.500 litros de água em menos de 2 horas. A solução atual de calhas e extravasores é insuficiente para essa vazão, e já se atingiu o limite estrutural e mais intervenções podem causar colapso estrutural. A solução definitiva exige um projeto conceitualmente diferente para várias edificações da UEL. Ele finalizou agradecendo a boa vontade e esforço dos servidores da prefeitura do campus. Prof. Miguel Piccirillo agradeceu aos servidores da PCU e perguntou se a universidade enviou algum representante para a COP 30. A Reitora respondeu que não foi enviado um pesquisador específico pelo Gabinete, mas há representação das instituições via ABRUEM. Prof. João Zequi mencionou a presença de professora, ligada à pós-

graduação, mas não diretamente vinculada à universidade, e explicou que a questão financeira impediu a participação de muitos. Ele acrescentou que a UEL está representada por redes como a Amazônia mais 10. Profª Silvia Meletti detalhou que o financiamento pela Fundação Araucária foi insuficiente, dadas as diárias (R$ 3.200) em Belém. Prof. Alan Felinto agradeceu o empenho da PCU em relação ao Bloco L. Reconheceu que a solução seria a construção de um novo telhado e perguntou sobre a previsão de prazos para a licitação da obra. A Reitora explicou que o processo licitatório tem prazos legais (lançamento, propostas, recurso, contrato) e que há a questão da contrapartida institucional para a emenda parlamentar que precisará ser discutida. Prof. Fernando Mangili questionou se a manutenção da rede elétrica não poderia ser realizada, por exemplo, da meia-noite às 6h, para evitar problemas durante atividades diurnas. Buzeti respondeu que a manutenção noturna é uma ideia a ser amadurecida, mas que a PCU depende de caminhões terceirizados e que procuram fazer outros serviços, como poda de árvore, junto com o desligamento. Ele concordou que a manutenção preventiva precisa ser melhorada, mencionando que a questão das usinas fotovoltaicas e ar-condicionado também tem gerado trabalho. Prof. Mangili sugeriu envolver a academia (TCC ou projetos de alunos do CTU/Engenharia Elétrica) para desenvolver a ferramenta de georreferenciamento de transformadores e conectores. A Reitora reforçou que as ações da PCU são paliativas devido à equipe reduzida e muitos projetos em andamento, como a instalação de ar-condicionado. Ela destacou a importância da aprovação do chamamento da PCU (contratação de novos profissionais), que, após o processo licitatório, deve ajudar nas ações de prevenção no próximo ano. Prof. Orlando Fogaça elogiou o trabalho da PCU, reconhecendo os problemas de infraestrutura. Ele destacou que a UEL tem sido bem atendida pelo Buzeti e sua equipe. Ele reconheceu o avanço nas questões de energia e a importância da gestão em atender a essas demandas. A Reitora encerrou o bloco de informes e entrou na Ordem do dia referente ao Orçamento Sintético da UEL para o exercício de 2026. Informou que a Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA 2026) está na Comissão de Orçamento da ALEP e que a proposta da UEL está vinculada aos tetos definidos pelo governo e SEFA. O orçamento sintético apresentado não pode ser alterado, pois já compõe o documento que está em apreciação na ALEP. O objetivo do CA é indicar este documento ao Conselho Universitário. A discussão sobre o Plano de Execução (flexibilização das rubricas), atrelado ao Planejamento Estratégico Institucional, poderá ocorrer no próximo ano, após a aprovação do orçamento pelo

Estado. Profª Carrie Galvan agradeceu as planilhas apresentadas pela equipe técnica e afirmou que, apesar de o Conselho ter entendido a necessidade de aprovar o orçamento sintético, observando a instrução feita na abertura desse processo, não ficou clara a necessidade dessa aprovação vinculada a algo que já foi encaminhado, sendo que o papel deste Conselho é traçar as diretrizes para elaboração do orçamento. Expressou que o entendimento do Conselho era de que ainda haveria tempo para contribuir com as novas informações na definição. Solicitou esclarecimento técnico, perguntando se as despesas internas, incluindo "recursos próprios e os recursos de convenio", são definidas pelo governo. Alécio Fontes esclareceu que a universidade faz a previsão de receitas no mês de abril e essa previsão de receitas é que vai valorizar a LOA (Lei Orçamentária Anual). A universidade calcula essa previsão com base no histórico do que aconteceu nos anos anteriores. Além do histórico, a universidade consulta, por exemplo, a PROPPG para verificar se há alguma receita de demanda que vai acontecer no ano 2026. Essa consulta é feita em relação a projetos já aprovados, como os da fonte 281, que é recurso federal. Para as receitas próprias, o processo é similar, sendo projetado o valor arrecadado de itens como vestibular, Restaurante Universitário e outras receitas. Todas essas previsões de receitas são enviadas ao governo no mês de abril. O Governo do Estado (SETI ou SEFA) utiliza esses dados para fazer os cálculos e, em agosto, fornece à universidade o teto de tesouro, convênio e próprio, baseado na previsão de receita que a própria universidade havia enviado. Portanto, a universidade projeta a previsão de receitas e recursos próprios/convênios com base em seu histórico e projetos, mas o governo fixa o teto final desses recursos (incluindo o tesouro, convênio e próprio) em agosto, baseado nas previsões que a universidade apresentou. Prof. Sérgio Carvalho esclareceu inicialmente que a UEL é regida pelos tetos orçamentários estabelecidos pelo Estado, os quais resultam dos estudos de arrecadação global do governo. Ele afirmou que há uma grande dificuldade em alterar esses tetos, que não se restringem apenas aos valores sintéticos, mas se aplicam também a cada uma das pequenas rubricas. Ele destacou que essa prática dificulta o remanejamento interno, pois a universidade fica prisioneira dos tetos. O Professor pediu desculpas por não ter explicitado essa restrição antes aos membros do Conselho de Administração. Prof. Alan Felinto expressou que não ficou clara a necessidade de aprovação de algo que já foi encaminhado e que, no entendimento anterior, ainda haveria margem para contribuir com novos elementos. A Reitora concordou que a discussão é válida para pensar o Plano de Execução e que o CA tem a responsabilidade

estatutária de deliberar e indicar o orçamento ao Conselho Universitário, dando à UEL autoridade interna para manejar o orçamento após a liberação pelo Estado. Prof. Fernando Mangilli perguntou quando a PLOA se transforma em LOA e o prof. Sérgio Carvalho respondeu que historicamente ocorre em dezembro, mas pode ser atrasado por questões políticas (como ocorreu no governo federal), impactando a liberação de suplementações. Profª Eloisa questionou por que a discussão não ocorreu entre agosto (ciência do teto) e o envio do documento. Prof. Sérgio Carlos de Carvalho explicou que o processo de construção do orçamento é dinâmico, com acertos contínuos da Fazenda, e só é finalizado quando não há mais mudanças esperadas antes do encaminhamento à ALEP, evitando retrabalho. A Reitora reconheceu que um fluxo para informar o conselho sobre as variações dos tetos deveria ter sido criado e pode ser instalado para o futuro. Ela reiterou que o documento atual precisa ser formalmente aprovado para ter validade interna. Alan Salvany Felinto retomou a questão do papel do CA, citando a Resolução CA 90/2011, que estabelece que o Conselho define o percentual da distribuição de créditos trimestrais. Fez a leitura dos artigos 1º e 2º da referida Resolução, conforme segue: “Art. 1º - Os créditos financeiros serão fixados em cotas trimestrais para Outras Despesas Correntes – ODC por meio de Planejamento Gerencial para manutenção dos Órgãos da Reitoria, Órgãos de Apoio, Centros de Estudos e Órgãos Suplementares”. Art. 2º - O percentual da distribuição dos resursos financeiros entre as Unidades será estabelecido trimestralmente pelo Conselho de Administração na forma do anexo, que terá como base a projeção de receitas em períodos futuros levando-se em consideração a sazonalidade e valores históricos de realização da receita”. Prof. Alan lamentou que, embora o regimento estabeleça essas diretrizes para o detalhamento do orçamento e a distribuição dos recursos entre as unidades, ele não se recordava de ter exercido esse papel desde 2018 e enfatizou que o Conselho de Administração é responsável por essa função. A Reitora confirmou que este fluxo é histórico (55 anos da universidade), mas concordou em reconfigurá-lo para que o CA acompanhe a operacionalização trimestralmente a partir do próximo ano. Profª Eloísa Ribeiro expressou satisfação com a apresentação dos dados e manifestou seu desejo de que a análise e o Plano de Execução se tornem uma prática contínua da gestão. Ela concordou com a Reitora sobre a necessidade de trabalhar o Plano de Execução, que deve ser realizado em fevereiro ou março de 2026, após a Lei Orçamentária Anual (LOA) ser aprovada. Ela observou que os dados apresentados em forma de tabela, comparando o previsto e o

empenhado, refletiam um entendimento mais claro do orçamento. Ela solicitou que se utilize a comparação dos dados trimestrais para construir essa cultura de análise. Ela listou as grandes despesas da universidade que comprometem o orçamento, como Material de Consumo, Serviços de Terceiros (Pessoa Física e Jurídica), e Auxílio Alimentação e perguntou se o item "Auxílio Alimentação" se referia aos gastos do Restaurante Universitário (RU), sendo esclarecido que se refere ao auxílio dos servidores. A Conselheira questionou as discrepâncias observadas entre o previsto e o executado em algumas rubricas e apontou que despesas como Diárias e Passagens, Material de Consumo e Serviços de Terceiros extrapolaram mais de 50% do teto aprovado na LOA. Solicitou um esclarecimento específico sobre o SAS. Ela perguntou a que se referia essa despesa e porque não estava sendo executada, insinuando que o restante não seria executado até o final do ano. Destacou a rubrica de Equipamentos, que teve um teto de R$ 1.200.000,00 e havia sido executado. Ela perguntou se a "sobra" de aproximadamente R$ 5 milhões seria um superávit ou se representava uma margem de manobra para redirecionamento de recursos. Enfatizou que precisava entender essa margem para saber se o Conselho tinha a possibilidade de propor um remanejamento ou colaborar na alocação de gastos para áreas como obras e manutenção e solicitou que ficasse registrado o desejo de investir mais em obras e manutenção do que a execução atual permite. Finalizou reforçando a importância de construir uma cultura de "pé no chão" na instituição, exigindo a avaliação dos relatórios trimestrais para que o planejamento seja feito dentro da realidade financeira. Prof. Azenil esclareceu que o SAS é um teto de despesas não operacionais fornecido pelo Estado, que totalizava cerca de 7 milhões de reais. Mencionou que, embora historicamente o recurso do SAS fosse imexível, o Estado permitiu o remanejamento do saldo no ano em curso (2025) devido à mecanismos de remanejamento e bloqueio estaduais, e que a previsão de 7 milhões deve terminar em 4 milhões de execução. Explicou que, nos anos anteriores, a universidade criava uma margem orçamentária maior (previa recursos próprios de até 20 milhões, mas arrecadava cerca de 10 milhões) para conseguir mais flexibilidade no primeiro trimestre, quando as despesas grandes ocorrem. No entanto, o Estado tem pressionado para que a previsão orçamentária seja menor, o que resulta em uma previsão menor para 2026 (perto de 12 milhões). Em relação ao orçamento de equipamentos não executado (sobra de 5 milhões em 2025), esclareceu que isso não é superávit (superávit de mercado), mas sim falta de financeiro para gastar, já que a arrecadação não atinge o valor total orçado. Prof. Sérgio complementou que o

Estado só permite o uso do recurso do SAS (que é compulsório dele mesmo) porque, em contrapartida, bloqueia outras rubricas orçamentárias da universidade. Em relação à margem de manobra e diárias/passagens, explicou que a universidade costuma realizar remanejamentos internos, utilizando recursos do tesouro de outros programas onde houve economia, ou recursos próprios, para cobrir diárias e passagens. Essa prática de flexibilidade é de "décadas" e é mantida para evitar o sistema de viagens do Estado, que é mais burocratizado. Reforçou a dificuldade de execução do orçamento para equipamentos (apesar de haver orçamento, falta financeiro), citando que 45 milhões no ano corrente (2025) estavam comprometidos com RPV. Profª Laura Brandini reforçou a importância de atrelar o futuro Plano de Execução ao Planejamento Estratégico, dando sentido ao trabalho que está sendo feito no CA. Profª Carrie questionou se existe alguma oportunidade de mostrar para o governo o tamanho da Universidade Estadual de Londrina e sua real necessidade de custeio, já que o teto da LGU é insuficiente e o crescimento da UEL (como novos equipamentos e órgãos suplementares) eleva constantemente o custo de manutenção e serviços. A Reitora garantiu que todos os dados institucionais (estudantes, docentes, espaço físico, produção do HU) são constantemente alimentados e o governo os conhece. Prof. Alan Felinto perguntou sobre a previsão de recursos para o Concurso Público de 2026 (passagens) e registrou sua preocupação sobre a RPV (Requisição de Pequeno Valor), mencionando que os R$ 600.000 previstos para 2025 não refletem os pagamentos reais, que são feitos com receita própria. Prof. Azenil destacou que, apesar dos baixos valores orçados para RPVs, a universidade está com "45 milhões neste ano comprometido com RPV". Ele explicou que o fato de os pagamentos de RPVs serem feitos prioritariamente com recursos próprios compromete o "financeiro" (dinheiro em caixa) disponível. Ele usou a rubrica de Equipamentos como exemplo, indicando que a falta de execução de R$ 5 milhões não era um superávit, mas sim a falta de dinheiro devido à necessidade de cobrir outras despesas urgentes. Prof. Azenil demonstrou que a rubrica de RPVs não reflete os pagamentos reais, e que a alocação de recursos próprios para cobrir os milhões gastos com RPVs (especialmente do Hospital Universitário - HU) é o que impede a execução de outras despesas, mesmo que orçadas. Prof. João Zequi parabenizou a equipe da PROPLAN e destacou a complexidade de manter uma instituição de 55 anos e a importância de otimizar recursos. Prof. Fernando Mangili agradeceu o esclarecimento dos dados, confessando que só agora passou a entender a complexidade do funcionamento financeiro da instituição.

Ele perguntou se os R$ 750.000 aprovados para a contratação da PCU seriam adicionais ou se estariam dentro das rubricas existentes de serviços de terceiros. A Reitora respondeu que os valores devem ser remanejados dentro das rubricas existentes (34, 36, 37, 39, 91). Mangili perguntou se a DREM já está descontada da previsão de receita própria. Profs. Sérgio e Azenil confirmaram que a DREM já é separada automaticamente no momento da arrecadação. Não havendo mais manifestações, a Reitora colocou em votação e foi aprovada por unanimidade a indicação do Orçamento Sintético ao Conselho Universitário. O Prof. Edmilson Lenardão fez a seguinte Declaração de Voto: "registro meu voto favorável à proposta de orçamento sintético da UEL, para evitar eventuais prejuízos à instituição, destacando que este Conselheiro não pôde sugerir quaisquer alterações à proposta, neste momento, pois no atual modelo de fluxo dessa matéria, as alterações não são cabíveis. Resta ao Conselho de Administração neste caso, no entendimento deste Conselheiro, o papel de chancelaria. Deste modo, o fluxo atual deve ser alterado para o futuro, permitindo que os Conselhos possam exercer plenamente seu papel". **II. INFORMES.** 1) Profª Zilda Andrade informou sobre a última atividade formal no encerramento do Por Extenso, na sexta-feira, dia 14 de novembro, às 14h30, que é a palestra com prof. Helder Eterno da Silveira, sobre Creditação da Extensão. O palestrante é Assessor no Ministério da Educação. 2) Profª Ana Marcia Carvalho registrou a 7ª edição do Pró-ensino, com número recorde de 283 trabalhos e agradeceu ao Professor Miguel Piccirillo pela disponibilização do espaço do CESA. 3) Profª Silvia Meletti informou que o EAIC (Evento Integrado) encerrou com mais de 800 trabalhos inscritos. Ela destacou o retorno extremamente positivo do comitê assessor do CNPq sobre a qualidade e organização do evento e dos trabalhos, o que é favorável para um aumento da cota de bolsas no próximo ciclo. Agradeceu aos professores João Zequi e Alex Gallo pela disponibilidade do Anfiteatro Cyro Grossi. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu, Deise Mary Garbelini Bergamin, Secretária Geral dos Órgãos Colegiados Superiores, lavrei esta ata, que após aprovada, será assinada por mim e pelos membros do Conselho presentes na reunião.

Marta Regina Gimenez Favaro _____
Reitora

Airton José Petris _____
Vice-Reitor

Laura Taddei Brandini _____
Diretora do Centro de Letras e Ciências Humanas

Renata Schlumberger Schevisbiski _____
Vice- Diretora do Centro de Letras e Ciências Humanas

João Antonio Cyrino Zequi _____
Diretor do Centro de Ciências Biológicas

Alex Eduardo Gallo _____
Vice-Diretor do Centro de Ciências Biológicas

Alan Salvany Felinto _____
Diretor do Centro de Ciências Exatas

Miguel Belinati Piccirillo _____
Diretor do Centro de Estudos Sociais Aplicados

Carrie Chueiri Ramos Galvan _____
Vice-Diretora do Centro de Ciências Exatas

Edmilson Lenardão _____
Diretor do Centro de Educação, Comunicação e Artes

Inês Cristina de Batista Fonseca _____
Diretora do Centro de Ciências Agrárias

Eloisa Ramos Ribeiro Rodrigues _____
Diretora do Centro de Tecnologia e Urbanismo

José Fernando Mangili Júnior _____
Vice- Diretor do Centro de Tecnologia e Urbanismo

Orlando Mendes Fogaça Júnior _____
Diretor do Centro de Educação Física e Esportes

Rafael Eduardo Domingues Molinari _____
Representante dos Servidores Técnicos Administrativos

Aurélio Pereira _____
Representante dos Servidores Técnicos Administrativos

Ana Márcia Tucci de Carvalho _____
Pró-Reitora de Graduação

Silvia Meletti _____
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Zilda Andrade _____
Pró-Reitora de Extensão Cultura e Sociedade

Azenil Staviski _____
Pró-Reitor de Administração e Finanças

Sérgio Carlos de Carvalho _____
Pró-Reitor de Planejamento